

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

26/08/2026

Sumário

1. TCE-GO abre concurso público para técnico de controle externo
2. TCE-GO abre concurso público para técnico de controle externo
3. TCE-GO abre concurso público com salários de até R$ 11,8 mil
4. TCE-GO abre concurso com salário de quase R$ 12 mil e 16 vagas de nível médio
5. Com 1,8 mil inscritos, III ENAPI começa nesta quarta-feira
6. Tribunal de Contas do Estado abre concursos com salários a partir de R$ 11,8 mil
7. Licitação de R$ 40,3 milhões da Sead segue suspensa após indícios de irregularidades
8. Contas da PMGO apontam falhas em movimentações financeiras e estoque de munições
9. TCE aprova contas da PMGO com ressalvas e aponta falhas no controle de recursos públicos
10. TCE aponta incompatibilidades na Agehab e impede recondução de diretores e conselheiros
11. TCE-GO abre concurso com salário de R$ 11,8 mil para nível médio; veja vagas
12. Projeto IAGO na Estrada integra IA e monitoramento de rodovias em Goiás | Instituto de Informática (INF)
13. TCE-GO abre concurso com 16 vagas e salário de R$ 11,8 mil para nível médio - JORNAL DO VALE
14. Concurso do TCE-GO oferece salário de R$ 11,8 mil para nível médio; veja como participar

15. Concurso do TCE-GO oferece salário de R$ 11,8 mil para nível médio; veja como participar
16. Tribunal de Contas do Estado tem concurso aberto com salário inicial de R$ 11,8 mil | O Popular
17. Licitação para gestão de fundo imobiliário tem apenas duas propostas | O Popular
18. TCE-GO lança concurso público com salário inicial de R$ 11,8 mil
19. TCE-GO abre concurso com 16 vagas de nível médio e salário de R$ 11,8 mil
20. TCE-GO abre concurso para técnico de controle externo com 16 vagas e salário de R$ 11.8 mil
21. TCE-GO abre concurso com 16 vagas e salário de R$ 11,8 mil
22. TCE-GO abre concurso com 16 vagas e salários de até R$ 11,8 mil - Tribuna do Planalto

A REDAÇÃO - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 17:55

TCE-GO abre concurso público para técnico de controle externo

Visualizar notícia

Fonte original

A Redação

Goiânia – O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) deu início ao concurso público para preenchimento de 16 vagas de nível médio com a publicação nesta terça-feira (25/8), no Diário Oficial do Estado, do Edital 01/2026. São seis vagas para técnico de controle externo administrativo e 10 para técnico de controle externo Tecnologia da Informação. O salário inicial é de R$ 11.862,19 mensais e a escolaridade exigida dos candidatos é de ensino médio completo.

A banca realizadora do concurso é a Fundação Carlos Chagas (FCC). As inscrições custarão R$ 100 e poderão ser feitas no período de 5 de outubro a 6 de novembro de 2026, com o prazo máximo para pagamento estipulado até 9 de novembro deste ano. Cada candidato poderá concorrer a um único cargo.

As provas objetivas (múltipla escolha) e discursivas serão aplicadas em 17 de janeiro de 2027, em Goiânia. Para o concorrente administrativo, a prova será de conhecimentos gerais e específicos e de redação. Para os que disputarem vagas na área de TI, a prova discursiva será um estudo de caso.

Informações detalhadas sobre vagas preferenciais e todas as etapas e normas do concurso estão contempladas no edital, disponível no DO: Concurso TCE-GO

APARECIDANET.COM - ONLINE - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 03:00

TCE-GO abre concurso público para técnico de controle externo

Visualizar notícia

Fonte original

São 16 vagas de nível médio, com salário inicial de R$ 11.862,19

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) deu início ao concurso público para preenchimento de 16 vagas de nível médio com a publicação nesta terça-feira (25/ago), no Diário Oficial do Estado, do Edital 01/2026. São seis vagas para técnico de controle externo administrativo e 10 para técnico de controle externo Tecnologia da Informação. O salário inicial é de R$ 11.862,19 mensais e a escolaridade exigida dos candidatos é de ensino médio completo.

A banca realizadora do concurso é a Fundação Carlos Chagas (FCC). As inscrições custarão R$ 100 e poderão ser feitas no período de 5 de outubro a 6 de novembro de 2026, com o prazo máximo para pagamento estipulado até 9 de novembro deste ano. Cada candidato poderá concorrer a um único cargo.

As provas objetivas (múltipla escolha) e discursivas serão aplicadas em 17 de janeiro de 2027, em Goiânia. Para o concorrente administrativo, a prova será de conhecimentos gerais e específicos e de redação. Para os que disputarem vagas na área de TI, a prova discursiva será um estudo de caso.

Informações detalhadas sobre vagas preferenciais e todas as etapas e normas do concurso estão contempladas no edital, disponível no DO: https://bit.ly/4wJJQNx.

DIA ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 17:46

TCE-GO abre concurso público com salários de até R$ 11,8 mil

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) abriu concurso público para preencher 16 vagas de nível médio.

O edital foi publicado nesta terça-feira (25), no Diário Oficial do Estado. Os salários iniciais são de R$ 11.862,19.

Leia tambémConcurso público TCE-GO

Os candidatos poderão se inscrever entre 5 de outubro e 6 de novembro de 2026. O pagamento da taxa poderá ser feito até 9 de novembro.

A organização do concurso ficará a cargo da Fundação Carlos Chagas (FCC). A taxa de inscrição será de R$ 100.

Cada participante poderá disputar apenas um dos cargos oferecidos no concurso. Do total de oportunidades, seis são para o cargo de técnico de controle externo administrativo e outras 10 para técnico de controle externo na área de Tecnologia da Informação (TI). Para participar, é necessário ter concluído o ensino médio.

As provas estão previstas para 17 de janeiro de 2027, em Goiânia. A seleção terá questões objetivas e uma etapa discursiva.

Para o cargo de técnico de controle externo administrativo, os candidatos responderão a questões de conhecimentos gerais e específicos, além de uma redação.

Já para as vagas destinadas à área de Tecnologia da Informação, a etapa discursiva será composta por um estudo de caso.

O concurso oferece oportunidades para candidatos com ensino médio completo e salário inicial de R$ 11.862,19, além das demais condições previstas no edital.

Mercado de trabalho:

DIÁRIO DA MANHÃ ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
26/08/2026 00:44

TCE-GO abre concurso com salário de quase R$ 12 mil e 16 vagas de nível médio

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou, nesta terça-feira (25/08), o edital do novo concurso público para técnico de controle externo. O certame disponibilizou 16 oportunidades para candidatos com ensino médio completo.

O concurso reservou seis vagas para técnico de controle externo administrativo e outras 10 para técnico de controle externo na área de Tecnologia da Informação. A remuneração inicial prevista é de R$ 11.862,19.

A Fundação Carlos Chagas (FCC) ficou responsável pela execução do concurso. A taxa de inscrição será de R$ 100, e os interessados poderão se candidatar entre 5 de outubro e 6 de novembro de 2026. O pagamento poderá ser feito até 9 de novembro.

O edital estabeleceu que cada participante poderá disputar somente uma das funções disponíveis. A exigência de escolaridade para as vagas é ensino médio completo, conforme as regras definidas no documento.

As avaliações ocorrerão em 17 de janeiro de 2027, em Goiânia. Os candidatos da área administrativa responderão a questões de conhecimentos gerais e específicos, além de uma redação.

Para as vagas destinadas à Tecnologia da Informação, a etapa discursiva será composta por um estudo de caso. As demais regras, incluem critérios para vagas preferenciais e fases do concurso, estão detalhadas no edital publicado no Diário Oficial do Estado.

FOLHA NO SUDOESTE - JATAÍ - GO • site • tce-go
25/08/2026 19:24

Com 1,8 mil inscritos, III ENAPI começa nesta quarta-feira

Visualizar notícia

Fonte original

Encontro Nacional da Primeira Infância reúne em Goiânia gestores, especialistas e instituições da sociedade civil

Com mais de 1,8 mil inscritos, o III Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI) começa nesta quarta-feira (26/ago), em Goiânia. A solenidade de abertura terá início às 9h, no Teatro Rio Vermelho, com participação do vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), conselheiro Sebastião Tejota, do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO), Joaquim de Castro, e do presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Inaldo da Paixão, entre outras autoridades.

O evento, promovido por entidades que integram o Sistema Tribunais de Contas, é considerado o maior do gênero no Brasil e discute políticas públicas voltadas às crianças de até 6 anos. Na sequência da abertura, o professor e pesquisador Fernando Abrucio (FGV) ministrará palestra magna sobre “Como pode ser a governança colaborativa na prática”. O dia ainda terá palestras sobre desigualdades sociais e investimento na primeira infância, inteligência artificial e uso de telas, e o papel dos tribunais de contas na defesa dos direitos das crianças.

Confira a programação completa no site enapi.com.br.

Jornalistas interessados devem se credenciar previamente por meio do formulário disponível no link: https://forms.cloud.microsoft/r/DCBrQiUhjb.

G1 - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 18:13

Tribunal de Contas do Estado abre concursos com salários a partir de R$ 11,8 mil

Visualizar notícia

Fonte original

1 de 1 As vagas são para analista de controle externo, distribuída em cinco especialidades diferentes: Ciências contábeis, controle externo, engenharia, jurídica e tecnologia da informação — Foto: Divulgação/Tribunal de Contas do Estado de Goiás

As vagas são para analista de controle externo, distribuída em cinco especialidades diferentes: Ciências contábeis, controle externo, engenharia, jurídica e tecnologia da informação — Foto: Divulgação/Tribunal de Contas do Estado de Goiás

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) abriu concurso público com 16 vagas para cargos de nível médio e salários iniciais de R$ 11.862,19. As oportunidades são para Técnico de Controle Externo nas especialidades Técnico Administrativo e Tecnologia da Informação (leia o cronograma abaixo).

✅ Clique e siga o canal do g1 GO no WhatsApp

As inscrições serão abertas no dia 5 de outubro e poderão ser feitas até 6 de novembro, pelo site da Fundação Carlos Chagas (FCC), banca responsável pelo concurso. A taxa é de R$ 100.

As provas estão previstas para o dia 17 de janeiro de 2027, em Goiânia. A seleção terá provas objetiva e discursiva, realizadas no mesmo dia (leia o edital completo).

Vagas e salários

Técnico de Controle Externo – Técnico Administrativo (6 vagas): R$ 11.862,19 Técnico de Controle Externo – Tecnologia da Informação (10 vagas): R$ 11.862,19

Agora no g1

Provas

A prova objetiva terá 70 questões de múltipla escolha. Para os dois cargos, serão 25 questões de conhecimentos gerais e 45 de conhecimentos específicos.

Para Técnico Administrativo, a prova discursiva será uma redação. Já para Tecnologia da Informação, o candidato terá de responder a um estudo de caso.

As duas provas serão aplicadas no dia 17 de janeiro de 2027, em Goiânia, com duração total de 4h30.

LEIA TAMBÉM:

Prefeitura em Goiás abre concurso público com salários de até R$ 5,1 milCidade turística de Goiás abre inscrições para concurso com mais de 400 vagas e salários de até R$ 13,6 milPrefeitura em Goiás abre concurso com salário de quase R$ 12 mil

Cronograma

8 a 10 de setembro: pedidos de isenção da taxa; 5 de outubro a 6 de novembro: inscrições; 9 de novembro: último dia para pagamento da taxa; 17 de janeiro de 2027: provas objetiva e discursiva; 19 de março: resultado preliminar das provas; 16 de abril: resultado definitivo das provas; 16 de junho de 2027: resultado final do concurso.

O cronograma pode sofrer alterações conforme as regras previstas no edital.

📱 Veja outras notícias da região no g1 Goiás.

50 vídeos Fundação Carlos Chagas Goiânia ✅ Clique e siga o canal do g1 GO no WhatsApp Técnico de Controle Externo – Técnico Administrativo (6 vagas): R$ 11.862,19 Técnico de Controle Externo – Tecnologia da Informação (10 vagas): R$ 11.862,19 Prefeitura em Goiás abre concurso público com salários de até R$ 5,1 milCidade turística de Goiás abre inscrições para concurso com mais de 400 vagas e salários de até R$ 13,6 milPrefeitura em Goiás abre concurso com salário de quase R$ 12 mil8 a 10 de setembro: pedidos de isenção da taxa; 5 de outubro a 6 de novembro: inscrições; 9 de novembro: último dia para pagamento da taxa; 17 de janeiro de 2027: provas objetiva e discursiva; 19 de março: resultado preliminar das provas; 16 de abril: resultado definitivo das provas; 16 de junho de 2027: resultado final do concurso.

GYN NOTÍCIAS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 21:30

Licitação de R$ 40,3 milhões da Sead segue suspensa após indícios de irregularidades

Visualizar notícia

Fonte original

Foto: Reprodução

Sead

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) manteve suspensa uma licitação estimada em R$ 40,39 milhões da Secretaria de Estado da Administração (Sead) para a contratação de serviços destinados ao novo Centro Administrativo do Estado. A medida foi tomada após representação da ELO Soluções Ambientais Ltda., que questionou a reunião de 13 tipos de serviços de diferentes especializações em um único lote.

A suspensão consta no Acórdão nº 2187/2026, que referendou medida cautelar concedida pela conselheira relatora Carla Cintia Santillo no âmbito do Pregão Eletrônico nº 348/2025. A contratação tem valor estimado de R$ 40.391.691,72, pelo período de 36 meses.

Entre os serviços reunidos estão manutenção predial, controle de acesso e videomonitoramento, limpeza, jardinagem e paisagismo, brigada de incêndio, controle de pragas, copa, portaria e recepção.

A principal questão levantada no processo é justamente a opção da administração estadual por reunir atividades de naturezas e graus de especialização distintos em um único lote.

O Serviço de Fiscalização de Licitações do TCE-GO apontou a necessidade de justificativas para a modelagem adotada. A discussão envolve a possibilidade de que a contratação conjunta limite a participação de empresas especializadas em apenas alguns dos serviços e, consequentemente, reduza a competitividade do certame.

A decisão é cautelar, ou seja, provisória. O TCE-GO ainda deverá analisar o mérito dos questionamentos apresentados. Portanto, a suspensão não significa que o Tribunal tenha concluído definitivamente que a licitação é ilegal.

Sead terá que justificar contratação em lote único

A Sead deverá apresentar ao Tribunal uma justificativa técnica e econômica capaz de demonstrar por que os serviços precisam ser contratados conjuntamente, apesar das diferenças entre as atividades previstas.

Também deverá apresentar um mapeamento do mercado fornecedor, permitindo avaliar a existência de empresas com capacidade para prestar simultaneamente todo o conjunto de serviços e os possíveis impactos da modelagem sobre a concorrência.

A jurisprudência considerada na análise do caso admite o parcelamento de serviços quando existem atividades com maior especialização técnica e mercados próprios, especialmente quando não há justificativa suficiente para reuni-las com serviços comuns.

Isso não significa, porém, que a adoção de lote único seja, por si só, ilegal. O questionamento está relacionado à necessidade de demonstrar tecnicamente e economicamente que essa configuração é a mais adequada para a administração pública e não prejudica a competição.

A sessão pública do pregão estava prevista para ocorrer em agosto. Com a cautelar, os trâmites permanecem paralisados enquanto as questões levantadas são analisadas.

ELO diz que tentou contestar edital antes de recorrer ao TCE

Em nota enviada à reportagem do Gyn, a ELO Soluções Ambientais, responsável pela representação, afirmou que procurou a Sead antes de levar o caso ao Tribunal de Contas.

Segundo a empresa, inicialmente foi apresentado um pedido de esclarecimento e, posteriormente, uma impugnação administrativa ao edital. A ELO afirma que, como a Sead manteve a estrutura de lote único, decidiu recorrer ao controle externo.

A empresa sustenta que o edital agrupou atividades de natureza técnica bastante distinta, incluindo engenharia e manutenção predial, sistemas eletrônicos de segurança, como controle de acesso e CFTV, além de terceirização de mão de obra em pelo menos oito categorias profissionais.

De acordo com a ELO, a administração não teria demonstrado de maneira concreta e específica a inviabilidade técnica e econômica de dividir a contratação.

Empresa diz que 74% do valor está concentrado em infraestrutura predial

Um dos principais argumentos apresentados pela ELO envolve a distribuição dos valores da contratação.

Segundo a empresa, aproximadamente 74% do valor total estimado está concentrado em um único item, o de infraestrutura predial.

Na avaliação da ELO, essa concentração pode dificultar a participação direta de empresas especializadas nos demais serviços previstos no edital.

A empresa argumenta que companhias especializadas em segmentos como limpeza, jardinagem, portaria ou outras atividades poderiam acabar dependendo da participação como integrantes minoritárias de consórcios ou como subcontratadas de grandes empresas de engenharia, em vez de disputarem diretamente a contratação.

A ELO considera que a modelagem pode, dessa forma, reduzir o universo de empresas aptas a participar do pregão.

“Entendemos que a modelagem, da forma como estava estruturada, tende a reduzir o universo de empresas aptas a disputar o certame, concentrando o acesso a grupos econômicos de maior porte e dificultando a participação direta de empresas especializadas em segmentos específicos do objeto”, afirmou.

Exigências também são questionadas

A empresa também questionou as exigências de habilitação técnica e econômico-financeira previstas para a totalidade dos 13 itens.

Na avaliação da ELO, mesmo com a possibilidade de formação de consórcio e de subcontratação, o modelo estabelece um nível de capacidade operacional e financeira difícil de ser alcançado isoladamente por empresas de menor porte, ainda que sejam especializadas e tecnicamente qualificadas para executar determinados serviços.

A companhia defende que, antes de uma eventual retomada da licitação, a administração avalie a possibilidade de parcelar o objeto, permitindo que empresas especializadas nos diferentes segmentos disputem diretamente os serviços.

Empresa considera suspensão adequada

Sobre a decisão do TCE-GO, a ELO afirmou considerar a suspensão uma resposta institucional adequada aos indícios de irregularidade analisados até o momento.

A própria empresa, entretanto, ressaltou que a medida não representa uma conclusão definitiva sobre o caso.

“Ressaltamos que se trata de uma decisão cautelar, cabendo ainda a análise de mérito pelo TCE-GO”, destacou.

A ELO acrescentou que sua atuação, desde os pedidos de esclarecimento e a impugnação administrativa até a representação apresentada ao Tribunal, buscou contribuir para o

aperfeiçoamento do processo licitatório.

Segundo a empresa, o objetivo é ampliar a concorrência e permitir a participação direta de companhias especializadas nos diferentes serviços contemplados na contratação.

Com a decisão do TCE-GO, o Pregão Eletrônico nº 348/2025 permanece suspenso, mas não foi cancelado. O processo poderá ter continuidade dependendo da análise do Tribunal e das providências adotadas pela Sead.

Também não há, até o momento, conclusão do TCE-GO sobre superfaturamento, fraude, corrupção ou direcionamento. Os questionamentos analisados estão relacionados principalmente à estruturação da licitação, à competitividade e à justificativa para reunir os serviços em lote único.

Outro lado

A reportagem do tentou entrar em contato com a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado da Administração (Sead) para solicitar um posicionamento sobre os questionamentos apresentados pela ELO Soluções Ambientais e sobre a decisão do TCE-GO que manteve a suspensão da licitação. Até a publicação desta matéria, não houve retorno. O espaço permanece aberto para manifestação da pasta, e o conteúdo será atualizado caso haja resposta.

GYN NOTÍCIAS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 21:03

Contas da PMGO apontam falhas em movimentações financeiras e estoque de munições

Visualizar notícia

Fonte original

Reprodução

PMGO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou regulares com ressalvas as contas de 2024 da Polícia Militar de Goiás (PMGO) após identificar uma série de falhas contábeis, financeiras e administrativas. Entre os problemas estão movimentações de recursos sem os registros exigidos, inconsistências relacionadas a fornecedores, ausência de baixas contábeis de estoques de munições e deficiência no controle de multas e juros.

A decisão consta no Acórdão nº 2193/2026, que analisou a Prestação de Contas Anual da PMGO e do Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (Freap/PM).

Apesar dos apontamentos, o Tribunal não considerou as contas irregulares e concedeu quitação ao responsável, Marcelo Granja, ordenador de despesas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024. O acórdão também não estabelece multa ou imputação de débito ao gestor.

Entre os pontos que deverão ser esclarecidos está a movimentação de recursos vinculados a um convênio. O TCE identificou a manutenção indevida de saldos contábeis relacionados a uma conta bancária já encerrada e apontou que recursos da conta nº 1452-3 foram transferidos sem a emissão da correspondente Ordem de Pagamento no Siofinet.

Diante da situação, o Tribunal determinou que a PMGO apresente documentação adequada para demonstrar a destinação dos recursos residuais da conta. A decisão não afirma que houve desvio ou desaparecimento do dinheiro, mas aponta falha no registro da movimentação financeira.

Multas, juros e divergências contábeis

O TCE também identificou ausência de justificativas e de informações sobre as providências adotadas em relação ao pagamento de multas e juros. Os valores desses encargos não são especificados no acórdão.

A PMGO deverá aprimorar seus controles internos para evitar despesas decorrentes do cumprimento fora do prazo de suas obrigações.

Outra ressalva envolve divergências entre os valores apresentados no Demonstrativo de Obrigações com Fornecedores e o saldo de fornecedores a pagar registrado no Sistema de Contabilidade Geral ao fim de 2024. O documento não informa o valor da diferença encontrada.

Também foram identificados restos a pagar não processados de exercícios anteriores mantidos ao final de 2024 sem as devidas justificativas, além de cancelamentos de restos a pagar processados e problemas nos controles internos relacionados à execução financeira de obrigações envolvendo veículo da frota.

TCE aponta falhas nos registros de munições

A fiscalização encontrou ainda problemas contábeis relacionados aos estoques de munições da Polícia Militar.

Segundo o acórdão, não foram verificadas durante todo o exercício de 2024 as baixas desses materiais e os registros das despesas correspondentes de acordo com o Regime de Competência.

Na prática, o consumo das munições deveria ser acompanhado pela redução contábil dos estoques e pelo reconhecimento da respectiva despesa. A decisão aponta falha nesse

procedimento, mas não afirma que houve desaparecimento ou desvio de munições.

O Tribunal determinou que a corporação passe a realizar os registros adequadamente.

Movimentações financeiras sem registros adequados

Outro problema apontado envolve a ausência de registros e de conciliação contábil dos depósitos das contas pagadoras em períodos anteriores a setembro de 2024.

A PMGO deverá realizar os registros e as conciliações bancárias referentes a todo o exercício de 2024 e manter o procedimento nos exercícios seguintes. A medida busca evitar que transações realizadas com recursos públicos fiquem sem os respectivos registros contábeis.

O TCE também apontou problemas na depreciação e reavaliação de bens móveis da corporação. A Secretaria de Estado da Economia deverá ser comunicada sobre o caso, por atuar como órgão central de contabilidade estadual.

Relatório incompleto e responsáveis não informados

As ressalvas também alcançaram informações administrativas prestadas ao órgão de controle. Segundo a decisão, a PMGO deixou de informar no rol de responsáveis integrantes de comissões de licitação e pregoeiros.

O Relatório de Gestão também apresentou deficiência de informações, incluindo tabelas relacionadas às ações desenvolvidas e ao desempenho orçamentário e financeiro sem o preenchimento necessário.

A corporação deverá corrigir os procedimentos e garantir a identificação dos responsáveis e o preenchimento adequado das informações nas próximas prestações de contas.

Apesar da quantidade de apontamentos, o TCE decidiu pela regularidade com ressalvas, o que significa que as falhas encontradas não foram considera

PMGO diz que adotará providências após notificação

Em nota enviada ao , a Polícia Militar de Goiás informou que ainda aguarda ser formalmente notificada sobre o Acórdão nº 2193/2026. Segundo a corporação, assim que receber oficialmente a decisão, o documento será encaminhado às áreas técnicas responsáveis para análise das ressalvas e determinações feitas pelo TCE-GO.

A PMGO afirmou que, após essa avaliação, serão adotadas as medidas administrativas, contábeis e financeiras necessárias para atender às determinações do Tribunal e aperfeiçoar os procedimentos e controles internos da corporação.

A Polícia Militar também ressaltou que, apesar das falhas apontadas, o TCE-GO julgou regulares com ressalvas as contas referentes a 2024 e concedeu quitação ao responsável.

“A Corporação reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência e o permanente aperfeiçoamento da gestão”, declarou o Comando de Comunicação Estratégica da PMGO.

A nota, no entanto, não detalhou individualmente os apontamentos feitos pelo Tribunal, como o valor e a destinação dos recursos residuais da conta nº 1452-3, os valores pagos em multas e juros ou as circunstâncias relacionadas à ausência de baixas contábeis dos estoques de munições durante 2024.

GYN NOTÍCIAS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 21:00

TCE aprova contas da PMGO com ressalvas e aponta falhas no controle de recursos públicos

Visualizar notícia

Fonte original

Reprodução

PMGO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) julgou regulares com ressalvas as contas de 2024 da Polícia Militar de Goiás (PMGO) após identificar uma série de falhas contábeis, financeiras e administrativas. Entre os problemas estão movimentações de recursos sem os registros exigidos, inconsistências relacionadas a fornecedores, ausência de baixas contábeis de estoques de munições e deficiência no controle de multas e juros.

A decisão consta no Acórdão nº 2193/2026, que analisou a Prestação de Contas Anual da PMGO e do Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (Freap/PM).

Apesar dos apontamentos, o Tribunal não considerou as contas irregulares e concedeu quitação ao responsável, Marcelo Granja, ordenador de despesas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024. O acórdão também não estabelece multa ou imputação de débito ao gestor.

Entre os pontos que deverão ser esclarecidos está a movimentação de recursos vinculados a um convênio. O TCE identificou a manutenção indevida de saldos contábeis relacionados a uma conta bancária já encerrada e apontou que recursos da conta nº 1452-3 foram transferidos sem a emissão da correspondente Ordem de Pagamento no Siofinet.

Diante da situação, o Tribunal determinou que a PMGO apresente documentação adequada para demonstrar a destinação dos recursos residuais da conta. A decisão não afirma que houve desvio ou desaparecimento do dinheiro, mas aponta falha no registro da movimentação financeira.

Multas, juros e divergências contábeis

O TCE também identificou ausência de justificativas e de informações sobre as providências adotadas em relação ao pagamento de multas e juros. Os valores desses encargos não são especificados no acórdão.

A PMGO deverá aprimorar seus controles internos para evitar despesas decorrentes do cumprimento fora do prazo de suas obrigações.

Outra ressalva envolve divergências entre os valores apresentados no Demonstrativo de Obrigações com Fornecedores e o saldo de fornecedores a pagar registrado no Sistema de Contabilidade Geral ao fim de 2024. O documento não informa o valor da diferença encontrada.

Também foram identificados restos a pagar não processados de exercícios anteriores mantidos ao final de 2024 sem as devidas justificativas, além de cancelamentos de restos a pagar processados e problemas nos controles internos relacionados à execução financeira de obrigações envolvendo veículo da frota.

TCE aponta falhas nos registros de munições

A fiscalização encontrou ainda problemas contábeis relacionados aos estoques de munições da Polícia Militar.

Segundo o acórdão, não foram verificadas durante todo o exercício de 2024 as baixas desses materiais e os registros das despesas correspondentes de acordo com o Regime de Competência.

Na prática, o consumo das munições deveria ser acompanhado pela redução contábil dos estoques e pelo reconhecimento da respectiva despesa. A decisão aponta falha nesse

procedimento, mas não afirma que houve desaparecimento ou desvio de munições.

O Tribunal determinou que a corporação passe a realizar os registros adequadamente.

Movimentações financeiras sem registros adequados

Outro problema apontado envolve a ausência de registros e de conciliação contábil dos depósitos das contas pagadoras em períodos anteriores a setembro de 2024.

A PMGO deverá realizar os registros e as conciliações bancárias referentes a todo o exercício de 2024 e manter o procedimento nos exercícios seguintes. A medida busca evitar que transações realizadas com recursos públicos fiquem sem os respectivos registros contábeis.

O TCE também apontou problemas na depreciação e reavaliação de bens móveis da corporação. A Secretaria de Estado da Economia deverá ser comunicada sobre o caso, por atuar como órgão central de contabilidade estadual.

Relatório incompleto e responsáveis não informados

As ressalvas também alcançaram informações administrativas prestadas ao órgão de controle. Segundo a decisão, a PMGO deixou de informar no rol de responsáveis integrantes de comissões de licitação e pregoeiros.

O Relatório de Gestão também apresentou deficiência de informações, incluindo tabelas relacionadas às ações desenvolvidas e ao desempenho orçamentário e financeiro sem o preenchimento necessário.

A corporação deverá corrigir os procedimentos e garantir a identificação dos responsáveis e o preenchimento adequado das informações nas próximas prestações de contas.

Apesar da quantidade de apontamentos, o TCE decidiu pela regularidade com ressalvas, o que significa que as falhas encontradas não foram consideradas suficientes para provocar a rejeição das contas.

O cumprimento das determinações deverá ser verificado pelo Tribunal na análise da prestação de contas do exercício seguinte. A decisão também alerta que as irregularidades e impropriedades ficam registradas para eventual caracterização de reincidência.

A equipe do tentou entrar em contato com a assessoria da PMGO, mas até o horário da publicação dessa matéria, não obtivemos respostas.

GYN NOTÍCIAS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 20:09

TCE aponta incompatibilidades na Agehab e impede recondução de diretores e conselheiros

Visualizar notícia

Fonte original

Reprodução

Agehab

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) confirmou a existência de incompatibilidades na composição da diretoria e do Conselho de Administração da Agência Goiana de Habitação (Agehab) e determinou que os integrantes que permanecerem em desacordo com as exigências legais não sejam reconduzidos aos cargos após o término dos atuais mandatos.

A decisão consta no Acórdão nº 2185/2026, referente ao processo nº 202400047001660, resultado de uma Auditoria de Conformidade realizada para avaliar a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal e das diretorias da estatal.

A fiscalização analisou se os ocupantes dos cargos atendiam aos requisitos previstos na Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016) e em outras normas aplicáveis às empresas estatais de Goiás.

Segundo o acórdão, foram confirmadas inconsistências relacionadas às vedações previstas no artigo 17 da Lei das Estatais. Diante das incompatibilidades, o Tribunal determinou que a Agehab adote providências para impedir novas nomeações das pessoas atingidas pela decisão ao fim dos respectivos mandatos, caso as situações consideradas irregulares continuem existentes.

A determinação, entretanto, não representa afastamento imediato dos atuais ocupantes dos cargos.

Conforme registrado na própria ementa do acórdão, o TCE permitiu a manutenção dos integrantes nos mandatos atuais, seguindo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), mas estabeleceu a “impossibilidade de recondução, se mantidas as incompatibilidades”.

Descumprimento pode gerar multa

A Agehab deverá adotar as providências necessárias para adequar a composição de seus órgãos de administração às exigências legais e informar ao Tribunal as medidas tomadas.

O acórdão também prevê a possibilidade de aplicação de multa em caso de descumprimento da determinação.

A auditoria teve como referência, além da Lei nº 13.303/2016, a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), a Lei Estadual nº 18.846/2015 e os decretos estaduais nº 9.402/2019 e nº 10.300/2023.

O Tribunal também orientou a Agehab a colocar efetivamente em prática sua Política de Indicação dos Administradores e Membros de Governança, além de continuar aprimorando os mecanismos internos de governança e controle.

Governo de Goiás será comunicado

A decisão também determina que o Estado de Goiás seja formalmente informado sobre as ilegalidades identificadas para adoção de medidas destinadas a evitar situações semelhantes em outras empresas e entidades da administração indireta estadual.

A comunicação ao governo não representa responsabilização ou aplicação de penalidade ao chefe do Executivo, mas uma determinação para que o Estado tenha ciência das inconsistências encontradas e adote providências preventivas.

Após o cumprimento das determinações e comunicações previstas, o TCE determinou o arquivamento do processo.

O acórdão, no entanto, não identifica nominalmente, no trecho disponibilizado, quais diretores e conselheiros estão enquadrados nas incompatibilidades, nem especifica individualmente a situação de cada um. Essas informações estão relacionadas aos documentos que integram a auditoria e fundamentaram a decisão.

GYN NOTÍCIAS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 13:39

TCE-GO abre concurso com salário de R$ 11,8 mil para nível médio; veja vagas

Visualizar notícia

Fonte original

Divulgação

TCE-GO abre concurso com salário de R$ 11,8 mil para nível médio; veja vagas

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) abriu concurso público com 16 vagas para Técnico de Controle Externo e salário inicial de R$ 11.862,19. Os cargos exigem ensino médio completo, e as inscrições serão realizadas entre 5 de outubro e 6 de novembro. O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (25.08).

As oportunidades são para duas especialidades: Técnico Administrativo e Tecnologia da Informação. Em ambos os casos, o candidato deve apresentar certificado de conclusão do ensino médio ou de curso profissionalizante com habilitação regular de ensino médio reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). A taxa de inscrição é de R$ 100.

Veja as vagas

Técnico de Controle Externo – Técnico Administrativo: 6 vagas, sendo uma reservada a candidatos negros;

Técnico de Controle Externo – Tecnologia da Informação: 10 vagas, sendo uma reservada a pessoa com deficiência e duas a candidatos negros.

Técnico de Controle Externo – Técnico Administrativo: 6 vagas, sendo uma reservada a candidatos negros;

Técnico de Controle Externo – Técnico Administrativo: 6 vagas, sendo uma reservada a candidatos negros;

Técnico de Controle Externo – Tecnologia da Informação: 10 vagas, sendo uma reservada a pessoa com deficiência e duas a candidatos negros.

Técnico de Controle Externo – Tecnologia da Informação: 10 vagas, sendo uma reservada a pessoa com deficiência e duas a candidatos negros.

Ao todo, o edital prevê 16 vagas. O concurso também estabelece reserva de 20% das vagas para candidatos negros e de 5% para pessoas com deficiência, observadas as regras previstas no edital.

Inscrições

As inscrições serão feitas exclusivamente pela internet, no site da Fundação Carlos Chagas (FCC), responsável pela organização do concurso. O prazo começa às 10h de 5 de outubro e termina às 23h59 de 6 de novembro. O boleto poderá ser pago até 9 de novembro.

O edital também permite solicitar isenção da taxa entre 8 e 10 de setembro. Entre os grupos que podem ter direito ao benefício estão candidatos com renda familiar inferior a dois salários mínimos, beneficiários de programas de transferência de renda, doadores regulares de sangue, doadores de medula óssea e doadoras regulares de leite materno, conforme os critérios previstos no documento.

Como serão as provas

O concurso terá provas objetivas e discursivas, de caráter eliminatório e classificatório. Para as duas especialidades, a prova objetiva terá 70 questões, sendo 25 de conhecimentos gerais e 45

de conhecimentos específicos.

Para Técnico Administrativo, a etapa discursiva será uma redação. Já os candidatos à área de Tecnologia da Informação farão um estudo de caso. As provas terão duração total de 4 horas e 30 minutos.

A aplicação está prevista para 17 de janeiro de 2027, em Goiânia. Caso não haja locais suficientes na capital para todos os inscritos, o edital prevê a possibilidade de aplicação em cidades próximas.

O concurso terá validade de dois anos, contados a partir da homologação do resultado final, e poderá ser prorrogado uma vez pelo mesmo período.

Serviço

Concurso Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)
Inscrições: 5 de outubro a 6 de novembro de 2026
Provas: 17 de janeiro de 2027
Resultado final previsto: 16 de junho de 2027
Inscrições: Site da Fundação Carlos Chagas (FCC)

As datas constam no cronograma do edital e estão sujeitas a alterações.

INSTITUTO DE INFORMÁTICA - UFG - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 22:49

Projeto IAGO na Estrada integra IA e monitoramento de rodovias em Goiás | Instituto de Informática (INF)

Visualizar notícia

Fonte original

O Instituto de Informática da Universidade Federal de Goiás (INF/UFG), em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), realizou, em 14 de agosto, um mini workshop do projeto IAGO na Estrada - Classificacao de Manifestações Patológicas nas rodovias do Estado de Goiás utiliznado Inteligência Artificial. A atividade ocorreu no auditório da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), na UFG.

O encontro reuniu participantes envolvidos no desenvolvimento da iniciativa, que tem como objetivo utilizar inteligência artificial para a classificação de manifestações patológicas em rodovias do Estado de Goiás. A proposta integra pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e cooperação institucional.

Durante o workshop, foram apresentadas as principais etapas técnicas do projeto, desde a coleta e organização dos dados até o desenvolvimento de modelos computacionais e ferramentas para visualização e consumo das informações.

A programação incluiu apresentações sobre hardware para coleta de dados, Big Data e gestão dos dados, modelos de visão computacional e interfaces para consumo de dados. Também foram discutidos aspectos relacionados à integração dos resultados e às próximas etapas da iniciativa.

O projeto é desenvolvido no âmbito de um convênio entre TCE-GO, UFG e Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE). De acordo com a apresentação realizada durante o evento, o convênio possui vigência de 42 meses, prorrogável por até 60 meses, e prazo de execução técnica de 36 meses.

A iniciativa demonstra o potencial da parceria entre universidade e instituições públicas para o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia e inteligência artificial voltadas a desafios concretos da sociedade. No caso do IAGO na Estrada, a expectativa é contribuir para o aprimoramento do acompanhamento das condições das rodovias goianas por meio do uso de dados e modelos de visão computacional.

JORNAL DO VALE - CERES - GO • site • tce-go
25/08/2026 21:59

TCE-GO abre concurso com 16 vagas e salário de R$ 11,8 mil para nível médio - JORNAL DO VALE

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou, nesta terça-feira (25), o edital do concurso público para o cargo de Técnico de Controle Externo, com exigência de nível médio e remuneração inicial de R$ 11.862,19. A seleção oferece 16 vagas imediatas, sem previsão de cadastro de reserva, e será organizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

Vagas e especialidades

As oportunidades estão divididas em duas especialidades:
– Técnico Administrativo: 6 vagas
– Tecnologia da Informação: 10 vagas

Em ambos os casos, o vencimento inicial é de R$ 11.862,19, além de benefícios previstos no regime jurídico do órgão.

Como se inscrever

As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, no site da banca organizadora (FCC), entre as 10h do dia 5 de outubro e as 23h59 do dia 6 de novembro de 2026, horário de Brasília. A taxa de inscrição custa R$ 100,00, e o boleto poderá ser pago até 9 de novembro.

Candidatos que se enquadrarem nos critérios de isenção (renda familiar inferior a dois salários mínimos ou beneficiários de programas de transferência de renda) poderão solicitar o benefício entre 8 e 10 de setembro.

Etapas do concurso

O certame terá uma única etapa, composta por prova objetiva de múltipla escolha e prova discursiva, ambas de caráter eliminatório e classificatório. As avaliações estão previstas para 17 de janeiro de 2027, com duração total de 4 horas e 30 minutos.

Onde acompanhar

O edital completo e demais comunicados oficiais estarão disponíveis no portal do TCE-GO e no site da FCC.

Você tem WhatsApp? Entre em um dos canais de comunicação do JORNAL DO VALE para receber, em primeira mão, nossas principais notícias e reportagens, clique aqui

JORNAL DO VALE – Muito mais que um jornal, desde 1975 – www.jornaldovale.com

JORNAL DO VALE – Muito mais que um jornal, desde 1975 –www.jornaldovale.comSiga nosso Instagram – @jornaldovale_ceresEnvie fotos, vídeos, denúncias e reclamações para a redação do JORNAL DO VALE, através do WhatsApp (62) 98504-9192

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
26/08/2026 00:49

Concurso do TCE-GO oferece salário de R$ 11,8 mil para nível médio; veja como participar

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) abriu concurso público com 16 vagas para técnico de controle externo e salário inicial de R$ 11.862,19. As oportunidades exigem ensino médio completo e estão divididas entre as áreas administrativa e de Tecnologia da Informação (TI).

O edital nº 01/2026 foi publicado nesta terça-feira, 25, no Diário Oficial do Estado. Das 16 oportunidades, seis são destinadas ao cargo de técnico de controle externo administrativo e outras dez para técnico de controle externo na área de Tecnologia da Informação.

A seleção será organizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC). O período de inscrições começa em 5 de outubro e segue até 6 de novembro de 2026. A taxa será de R$ 100, com pagamento permitido até 9 de novembro.

De acordo com as regras do concurso, cada candidato poderá concorrer a apenas um dos cargos oferecidos.

As provas estão previstas para 17 de janeiro de 2027 e serão aplicadas em Goiânia. A seleção terá avaliações objetivas e discursivas, com formato diferente conforme a área escolhida pelo candidato.

Para técnico de controle externo administrativo, serão cobrados conhecimentos gerais e específicos, além de uma redação. Já os candidatos às vagas de Tecnologia da Informação farão prova objetiva e um estudo de caso na etapa discursiva.

O edital também apresenta as regras para reserva de vagas, requisitos dos cargos, conteúdo das provas, critérios de classificação e demais etapas do concurso.

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
26/08/2026 00:49

Concurso do TCE-GO oferece salário de R$ 11,8 mil para nível médio; veja como participar

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) abriu concurso público com 16 vagas para técnico de controle externo e salário inicial de R$ 11.862,19. As oportunidades exigem ensino médio completo e estão divididas entre as áreas administrativa e de Tecnologia da Informação (TI).

O edital nº 01/2026 foi publicado nesta terça-feira, 25, no Diário Oficial do Estado. Das 16 oportunidades, seis são destinadas ao cargo de técnico de controle externo administrativo e outras dez para técnico de controle externo na área de Tecnologia da Informação.

A seleção será organizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC). O período de inscrições começa em 5 de outubro e segue até 6 de novembro de 2026. A taxa será de R$ 100, com pagamento permitido até 9 de novembro.

De acordo com as regras do concurso, cada candidato poderá concorrer a apenas um dos cargos oferecidos.

As provas estão previstas para 17 de janeiro de 2027 e serão aplicadas em Goiânia. A seleção terá avaliações objetivas e discursivas, com formato diferente conforme a área escolhida pelo candidato.

Para técnico de controle externo administrativo, serão cobrados conhecimentos gerais e específicos, além de uma redação. Já os candidatos às vagas de Tecnologia da Informação farão prova objetiva e um estudo de caso na etapa discursiva.

O edital também apresenta as regras para reserva de vagas, requisitos dos cargos, conteúdo das provas, critérios de classificação e demais etapas do concurso.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 03:00

Tribunal de Contas do Estado tem concurso aberto com salário inicial de R$ 11,8 mil | O Popular

Visualizar notícia

Fonte original

Tribunal de Contas do Estado tem concurso aberto com salário inicial de R$ 11,8 mil
São oferecidas 16 vagas para Técnicos de Controle Externo com taxa de inscrição de R$ 100; seleção será organizada pela Fundação Carlos Chagas

Ildeu Iussef

25 de agosto de 2026 às 13:08
Modificado em 25/08/2026, 14:55

Com remuneração acima de R$ 11,8 mil, certame terá provas objetivas e discursivas no início de 2027; inscrições serão abertas em outubro (Divulgação/TCE-GO)

ouvir matéria

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou o edital para o concurso com vagas para a contratação de Técnicos de Controle Externo para a área administrativa e de tecnologia da informação. São oferecidas 16 vagas com salário inicial de R$ 11.862,19.

As inscrições podem ser realizadas entre os dias 5 de outubro e 6 de novembro. O valor da taxa é de R$ 100. As inscrições devem ser feitas no site da Fundação Carlos Chagas .

O processo seletivo será composto por provas objetiva e discursiva. As provas estão previstas para o dia 17 de janeiro de 2027, em locais a serem divulgados pelo TCE. Confira o edital.

Vagas

As 16 vagas estão distribuídas da seguinte forma:

Técnico de Controle Externo (Especialidade: Técnico Administrativo) - 5 vagas ampla concorrência e 1 vaga para candidatos negros
Técnico de Controle Externo (Especialidade: Tecnologia da Informação) - 7 vagas ampla concorrência, 1 vaga para candidatos com deficiência e 2 vagas para candidatos negros

Cronograma do concurso

Inscrições (exclusivamente via internet): 05/10 a 06/11/2026
Data final para o pagamento da taxa de inscrição: 09/11/2026
Divulgação dos locais e horários para realização das provas objetivas: 11/12/2026
Aplicação das Provas Objetivas: 17/01/2027
Divulgação dos resultados e da lista final dos aprovados: 16/06/2027

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 03:00

Licitação para gestão de fundo imobiliário tem apenas duas propostas | O Popular

Visualizar notícia

Fonte original

Licitação para gestão de fundo imobiliário tem apenas duas propostas
Concorrência para administrar imóveis do estado, estimada em R$ 77,7 milhões, teve oito empresas cadastradas, com ofertas de duas paulistas; edital prevê ação inicial em 17 áreas, avaliadas em R$ 834 milhões

Fabiana Pulcineli

25 de agosto de 2026 às 21:42
Modificado em 25/08/2026, 23:32

Antigo Clube da Celg: área mais valorizada entre os imóveis que estarão no fundo imobiliário estadual (Zuhair Mohamad)

ouvir matéria

A licitação para gestão do Fundo de Investimento Imobiliário (FII) do governo de Goiás recebeu apenas duas propostas nesta terça-feira (25), lideradas pelas empresas paulistas Rio Bravo Investimentos e Veritas Capital Management. A Secretaria de Estado da Administração (Sead) não divulgou detalhes dos valores alegando que há prazo de três dias para análise das propostas. A classificação será divulgada na segunda-feira (31), com critério de julgamento por técnica e preço.

O valor estimado no edital da concorrência é de R$ 77,7 milhões. O documento menciona 17 imóveis públicos , avaliados em R$ 834 milhões, mas a lista não é definitiva, podendo haver novas inclusões mais adiante. O edital aponta estimativa de valor total de projetos de R$ 12,3 bilhões ao longo de 13 anos de execução e potencial de R$ 1,8 bilhão de recebíveis ao Estado.

A criação do FII foi estabelecida por lei sancionada em junho pelo governador Daniel Vilela (MDB). O governo alega ser mais vantajoso, em vez de vender as áreas em leilão por preços baixos ou com pouca concorrência, o Estado passar a ser parceiro em empreendimentos que gerem valor ao longo do tempo.

Oito empresas haviam se cadastrado para participar da licitação. O governo minimizou o baixo numero de propostas, alegando que as duas participantes são "grandes players do mercado". A Rio Bravo tem como sócio-fundador o economista e ex-presidente do Banco Central (1997-99) Gustavo Franco. A Veritas, segundo a gestão estadual, é especializada em gestão de ativos imobiliários de São Paulo.

Goiás é o segundo estado a realizar licitação para o FII, modelo que foi implantado por São Paulo em 2017. Outros estados já aprovaram leis ou promoveram estudos para criar o fundo, mas ainda não avançaram para o funcionamento.

O governo goiano também afirma que o edital possui muitas exigências e traz aprendizados com o que houve de falhas e correções em São Paulo. Isso justificaria a participação de apenas duas empresas de maior porte.

A concorrência é exclusiva para consórcio, formado por administrador fiduciário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e gestor profissional habilitado, responsáveis pela estruturação e operação do FII. As informações sobre a composição dos grupos também ainda não foram fornecidas pela Sead.

Áreas

Na lista atual de imóveis do fundo, a área mais valorizada é do antigo clube da Celg, na Rua 90,

no Setor Sul, em Goiânia, com 46 mil metros quadrados e valor de mercado de R$ 227 milhões .

Para embasar o modelo, a Sead contratou estudo do Instituto Brasileiro de Administração Pública (Ibap) que compara o valor de mercado com o chamado Valor Geral de Vendas (VGV) potencial de todos os imóveis, considerando a vocação, a partir de critérios de localização, zoneamento e características do bairro.

O estudo aponta vocação da maioria dos 17 imóveis para loteamentos e condomínios ou edifícios residenciais, mas há também potencial para hotel em Pirenópolis e armazéns logísticos na saída para o aeroporto da capital.

"O estudo teve como objetivo transformar as características dos imóveis em uma leitura estruturada de sua viabilidade e potencial de desenvolvimento. A análise permite enxergar o patrimônio público não apenas pelo seu valor atual, mas também pela capacidade de gerar empreendimentos e valor ao longo do tempo", afirmou o diretor-presidente do Ibap, Daniel Guimarães, em nota divulgada na semana passada.

Os imóveis foram divididos em projetos para renda (3) e para venda (16) na planta. A contagem total é de 17 porque há desmembramento de algumas áreas.

No primeiro caso, o imóvel mais valorizado fica no Setor Jaó, próximo à sede do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), que tem mais de 160 mil metros quadrados. O valor de mercado apontado pelo estudo é de R$ 55,2 milhões, enquanto o VGV é avaliado em R$ 260 milhões. Já o VGV da área da 90 é de quase R$ 2 bilhões.

A relação dos imóveis inclui ainda as atuais sedes das Secretarias de Estado da Economia e da Segurança Pública, e o Batalhão do Giro, no Setor Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia.

A Sead prevê que até o início do próximo ano, o FII esteja ativo para iniciar o processo de avaliação de áreas a serem integralizadas.

O edital indica uma remuneração de estruturação do fundo no valor de R$ 200 mil mensais, que serão bancados inicialmente pelo governo estadual. Após a constituição e funcionamento, a remuneração do consórcio será suportada exclusivamente pelo FII, de acordo com o documento.

(Arte/O Popular)

PORTAL 6 - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
26/08/2026 00:45

TCE-GO lança concurso público com salário inicial de R$ 11,8 mil

Visualizar notícia

Fonte original

TCE-GO lança concurso público com salário inicial de R$ 11,8 mil
Seleção oferece 16 vagas de início imediato, com provas previstas para janeiro de 2027
Lara Duarte - 25 de agosto de 2026
TCE-GO abriu concurso com 16 vagas e salário inicial de R$ 11.862,19. (Foto: Divulgação/TCE-GO)

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) abriu concurso público para o preenchimento de 16 vagas no cargo de técnico de controle externo, com salário inicial de R$ 11.862,19.

As oportunidades são divididas entre as áreas de Técnico Administrativo, com seis vagas, e Tecnologia da Informação, com outras 10.

Para concorrer, é necessário ter ensino médio completo ou curso profissionalizante regular reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

O concurso será organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), e a taxa de inscrição foi fixada em R$ 100.

As inscrições poderão ser feitas exclusivamente pela internet entre 5 de outubro e 6 de novembro, pelo site da banca organizadora. O pagamento da taxa poderá ser realizado até 9 de novembro.

Antes disso, candidatos que se enquadram nos critérios previstos no edital poderão solicitar isenção da taxa entre 8 e 10 de setembro.

O benefício contempla, entre outros grupos, pessoas de baixa renda, doadores regulares de sangue, doadores de medula óssea e doadoras regulares de leite materno.

O edital também prevê reserva de vagas para pessoas com deficiência e candidatos negros. No total, são 5% das oportunidades destinadas a PcDs e 20% para candidatos negros, conforme as regras do certame.

As provas serão aplicadas em 17 de janeiro de 2027, em Goiânia, com duração prevista de quatro horas e meia.

A avaliação objetiva terá 70 questões, sendo 25 de conhecimentos gerais e 45 de conhecimentos específicos. As questões específicas terão peso maior na composição da nota.

Além da prova objetiva, os candidatos passarão por uma etapa discursiva. Para Técnico Administrativo, haverá uma redação dissertativo-argumentativa, com texto entre 20 e 30 linhas.

Já para Tecnologia da Informação, a prova será composta por um estudo de caso voltado à área técnica.

Para ser habilitado na etapa objetiva, o candidato deverá alcançar ao menos 150 pontos no somatório das notas padronizadas.

A correção das provas discursivas seguirá os limites de classificação previstos no edital para cada especialidade e modalidade de concorrência.

O concurso terá validade de dois anos após a homologação do resultado final e poderá ser prorrogado uma vez pelo mesmo período, a critério do TCE-GO.

Para mais informações, confira o edital completo.

Siga o Portal 6 no Google News e fique por dentro de tudo!

PRIMEIRA TELA - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 16:38

TCE-GO abre concurso com 16 vagas de nível médio e salário de R$ 11,8 mil

Visualizar notícia

Fonte original

Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) abriu concurso público para preencher 16 vagas de nível médio. O edital foi publicado nesta terça-feira (25/8) no Diário Oficial do Estado, e pode ser acessado clicando aqui.

Do total de oportunidades, seis são para o cargo de Técnico de Controle Externo Administrativo e outras 10 para Técnico de Controle Externo – Tecnologia da Informação. O salário inicial é de R$ 11.862,19.

Para participar, é necessário ter ensino médio completo. O concurso será realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

As inscrições começam em 5 de outubro e seguem até 6 de novembro de 2026. A taxa é de R$ 100, com pagamento permitido até 9 de novembro. Cada candidato poderá se inscrever para apenas um dos cargos.

Provas
As provas objetiva e discursiva estão previstas para 17 de janeiro de 2027, em Goiânia.

Para o cargo administrativo, os candidatos serão avaliados por meio de questões de conhecimentos gerais e específicos, além de uma redação. Já para as vagas de Tecnologia da Informação, a etapa discursiva será composta por um estudo de caso.

O edital também apresenta as regras sobre vagas preferenciais, etapas do concurso e demais critérios para participação.

REVISTA FACTUAL ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 19:55

TCE-GO abre concurso para técnico de controle externo com 16 vagas e salário de R$ 11.8 mil

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) lançou concurso público para preenchimento de 16 vagas de nível médio. O Edital 01/2026 foi publicado nesta terça-feira (25/8), no Diário Oficial do Estado (DOE) e contempla seis vagas para Técnico de Controle Externo Administrativo e 10 para Técnico de Controle Externo – Tecnologia da Informação. O salário inicial é de R$ 11.862,19 mensais e a escolaridade exigida dos candidatos é ensino médio completo.

A banca realizadora do concurso é a Fundação Carlos Chagas (FCC). As inscrições custarão R$ 100 e poderão ser feitas no período de 5 de outubro a 6 de novembro de 2026, com o prazo máximo para pagamento estipulado até 9 de novembro deste ano. Cada candidato poderá concorrer a um único cargo.

As provas objetivas (múltipla escolha) e discursivas serão aplicadas em 17 de janeiro de 2027, em Goiânia. Para o concorrente administrativo, a prova será de conhecimentos gerais e específicos e de redação. Para os que disputarem vagas na área de TI, a prova discursiva será um estudo de caso.

Outras informações sobre vagas preferenciais e todas as etapas e normas do concurso estão detalhadas no edital, disponível no Diário Oficial.

📋 Vagas: 16
📚 Escolaridade: ensino médio completo ou técnico profissionalizante
🏛️ Banca: Fundação Carlos Chagas (FCC)
💰 Salário: R$ 11.862,19
📅 Prova: 17 de janeiro de 2027

✅ Recomende este conteúdo aos seus amigos nas redes sociais e acompanhe a Factual no Facebook, X, Bluesky, Instagram e Threads

TRANSMISSÃO POLÍTICA - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 17:34

TCE-GO abre concurso com 16 vagas e salário de R$ 11,8 mil

Visualizar notícia

Fonte original

O concurso do TCE-GO abriu 16 vagas para o cargo de técnico de controle externo. O salário inicial é de R$ 11.862,19, e os candidatos precisam ter ensino médio completo.

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás publicou o Edital nº 01/2026 nesta terça-feira (25), no Diário Oficial do Estado.

Ao todo, são seis vagas para técnico de controle externo administrativo. Além disso, outras dez oportunidades são para técnico de controle externo na área de Tecnologia da Informação.

A Fundação Carlos Chagas (FCC) ficará responsável pelo concurso do TCE-GO.

As inscrições custam R$ 100 e poderão ser feitas entre 5 de outubro e 6 de novembro de 2026.

Além disso, os candidatos poderão realizar o pagamento até 9 de novembro.

Cada participante poderá concorrer a apenas um dos cargos disponíveis.

As provas objetivas e discursivas ocorrerão em 17 de janeiro de 2027, em Goiânia.

Para o cargo administrativo, a seleção terá questões de conhecimentos gerais e específicos. Além disso, os candidatos deverão fazer uma redação.

Já para Tecnologia da Informação, a etapa discursiva terá um estudo de caso.

Dessa forma, o formato da avaliação muda conforme a área escolhida pelo candidato.

O edital também apresenta as regras para vagas reservadas e as demais etapas da seleção.

Além disso, o documento reúne as normas que os candidatos deverão seguir durante todo o processo.

Assim, quem pretende disputar uma das 16 vagas do concurso do TCE-GO deverá acompanhar os prazos previstos no edital.

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
25/08/2026 14:07

TCE-GO abre concurso com 16 vagas e salários de até R$ 11,8 mil - Tribuna do Planalto

Visualizar notícia

Fonte original

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) publicou edital para um novo concurso público destinado ao preenchimento de 16 vagas no quadro permanente do órgão. A seleção será organizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e oferece oportunidades para candidatos com ensino médio completo, com vencimento inicial de R$ 11.862,19.

As vagas estão distribuídas entre duas especialidades do cargo de Técnico de Controle Externo. São seis oportunidades para Técnico Administrativo e dez para Tecnologia da Informação. O edital também prevê reserva de vagas para pessoas com deficiência e candidatos negros.

Para concorrer, é necessário ter ensino médio completo ou curso profissionalizante equivalente, reconhecido pelo Ministério da Educação. Entre os requisitos para posse estão ainda ter pelo menos 18 anos, estar em dia com as obrigações eleitorais e, quando for o caso, militares, além de apresentar aptidão física e mental para o exercício do cargo.

O concurso terá provas objetivas e discursivas, aplicadas em uma única etapa. Para Técnico Administrativo, a avaliação discursiva será por meio de uma redação. Já para a área de Tecnologia da Informação, será aplicado um estudo de caso.

As provas objetivas terão 70 questões, sendo 25 de conhecimentos gerais e 45 de conhecimentos específicos. As duas especialidades terão ainda uma prova discursiva. A duração total será de quatro horas e meia.

Entre os conteúdos de conhecimentos gerais estão Língua Portuguesa, Matemática e Raciocínio Lógico e Legislação Institucional. O edital destaca que as questões poderão cobrar não apenas memorização, mas também compreensão, aplicação e análise dos conteúdos.

As provas serão realizadas em Goiânia, no dia 17 de janeiro de 2027.

As inscrições poderão ser feitas exclusivamente pela internet entre 5 de outubro e 6 de novembro de 2026. A taxa é de R$ 100. O pagamento poderá ser realizado até 9 de novembro.

De acordo com o cronograma, a convocação para as provas será publicada em 11 de dezembro. O resultado preliminar das provas objetivas e discursivas está previsto para 19 de março de 2027, enquanto o resultado final do concurso deverá ser divulgado em 16 de junho de 2027. O cronograma, no entanto, está sujeito a alterações.

O concurso terá validade de dois anos a partir da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez pelo mesmo período. As nomeações dependerão das necessidades do Tribunal e da disponibilidade orçamentária.

Entre as atribuições previstas estão atividades relacionadas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação e aplicação dos recursos públicos estaduais. Os servidores também poderão analisar processos, acompanhar contas e contratos, participar de trabalhos de fiscalização e elaborar relatórios e pareceres técnicos.